

## MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO MME x MTPA x ANTAQ x ANP

No dia seis do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às dez horas e quarenta minutos, no Edifício Sede da Agência nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, situado na SEPN - Quadra 514 - Conjunto "E" - Edifício ANTAQ, e na Sala 1 do 17º andar do Escritório Central da ANP, situada no centro do Rio de Janeiro, RJ, representantes da Antaq, do Ministério de Minas e Energia (MME), do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) reuniram-se presencialmente e por videoconferência para tratar das propostas da Iniciativa Combustível Brasil (lista de presença em anexo).

Cabe registrar que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) não teve representação na reunião devido a problemas ocorridos quando da conexão de salas, o que resultou em demora acentuada e dificuldades de comunicação entre Brasília e Rio de Janeiro, o que levou a EPE ao entendimento de que a mesma não iria ocorrer.

### Assuntos Tratados

A reunião obedeceu à seguinte pauta:

- (1) Apresentação da Iniciativa Combustível Brasil;
- (2) Discussão dos assuntos em comum e de possíveis ações em conjunto;
- (3) Cronograma de reuniões para aprofundamento das discussões e apresentação de resultados/produtos;
- (4) Deliberações.

#### • **Item (1) da pauta - Apresentação da Iniciativa Combustível Brasil**

O Sr. Cláudio Ishihara (MME) fez uma apresentação sobre o Combustível Brasil, destacando o seu objetivo, os seus eixos estratégicos, as ações já realizadas, as próximas ações, a Resolução CNPE 15/2017 (que: *estabelece as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do mercado e cria o Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis – CT-CB*), os assuntos e ações em comum entre Combustível Brasil X ANTAQ X MTPA e algumas propostas que constam no Relatório da Iniciativa Combustível Brasil e que dizem respeito à atuação da Antaq e do MTPA.

Quanto às propostas do Combustível Brasil, o Sr. Luiz Theodoro (MME) esclareceu que o trabalho está organizado em 4 Frentes, estas constituídas de acordo com o tema de cada uma das 32 propostas que constam no Relatório. Informou que Antaq e MTPA têm

relação mais próxima com a Frente que trata de propostas de infraestrutura. Dessa forma, relacionou tais propostas, por ordem de prioridade:

**Proposta13** - Articular com os órgãos responsáveis pela concessão do setor portuário nacional para concluir as licitações iniciadas e realizar novas licitações de áreas de armazenamento de combustíveis nos portos a fim de estimular novos investimentos em terminais.

**Proposta7** - Analisar e propor mecanismos para que os procedimentos licitatórios de arrendamentos de instalações portuárias em portos organizados sejam convergentes com os interesses do abastecimento nacional de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, de modo que a participação da ANP ocorra em várias das etapas preparatórias até a publicação do edital, em especial na fase de planejamento das áreas a serem arrendadas.

**Proposta6** - Analisar e propor mecanismos para dar maior celeridade aos processos relacionados à infraestrutura, em especial junto aos órgãos de controle ambiental e alfandegário.

**Proposta5** - Mapear as áreas de infraestrutura de movimentação de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo prioritárias para realização de investimentos privados.

**Proposta8** - Articular com os órgãos responsáveis pela concessão do setor portuário nacional para estabelecer nos processos licitatórios das áreas portuárias a possibilidade da instalação de terminais com capacidade para movimentação de produtos para os diversos agentes regulados, com atenção especial para os portos das Regiões Norte e Nordeste.

**Proposta9** - Articular com os órgãos responsáveis pelo setor portuário o aperfeiçoamento da regulação, com vistas a possibilitar o acesso célere e efetivo aos portos públicos para todos os produtores, importadores e distribuidores autorizados pela ANP, bem como grandes consumidores;

**Proposta12** - Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios e/ou contratuais para garantir os níveis de serviço adequados nos terminais aquaviários, para todos os interessados.

**Proposta11** - Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios de modo a conferir maior eficiência no controle de acesso de terceiros à infraestrutura, respeitado o direito de preferência do proprietário, observada a arbitragem de conflitos prevista pela Resolução Antaq nº 3.707/2014 e pela Portaria ANP nº 251/2000, bem como aprimorar a divulgação das informações de capacidade e utilização dos terminais.

**Proposta14** - Aprimorar os termos e condições gerais que devam constar nos contratos entre o poder concedente do setor portuário nacional e as entidades privadas, que contemplem as regras para renovação contratual e permitam o retorno do investimento ou seu ressarcimento.

- **Item (2) da pauta – Discussão dos assuntos em comum e de possíveis ações em conjunto**

Após a apresentação, passou-se a discutir, de maneira generalizada, os assuntos da apresentação relacionados a possíveis ações em conjunto. Ficou decidido que, nesta primeira reunião, não haveria uma discussão detalhada sobre cada proposta mas, sim, uma primeira troca de ideias sobre todos os assuntos, de modo a possibilitar um planejamento e um cronograma de trabalho voltados para a análise de cada proposta da Iniciativa Combustível Brasil.

A Sr<sup>a</sup> Jacqueline (Antaq) comentou que leu o Relatório da Iniciativa Combustível Brasil e que entende que o mesmo contém diretrizes de um assunto que é referente àquela Agência e, inclusive, à soberania nacional. Comentou que a avaliação realizada pela Iniciativa ajuda a Antaq na análise e construção de uma agenda de melhoria de sua regulação.

Quanto às licitações, o Sr. Samuel Cavalcanti (Antaq) informou que, na agenda, já está sendo dada preferência às licitações de terminais de graneis líquidos. Enfatizou que a indicação, pelo MME/ANP/EPE, das prioridades do Combustível Brasil é fundamental, de modo a mitigar os riscos de abastecimento. Considera que o momento é oportuno para o lançamento de novos editais.

Sobre esse assunto, foi destacada a proposta do Combustível Brasil de garantir uma participação mais efetiva da ANP na elaboração dos editais. O Sr. Ciro Arruda (MTPA) informou que a elaboração dos estudos está a cargo da Empresa de Planejamento e Logística - EPL e disse que irá reforçar as convocações de ANP e EPE para participarem dos trabalhos.

Quanto ao termo “atenção especial” utilizado para os portos das Regiões Norte e Nordeste, mencionado na Proposta 8, foi esclarecido que o programa é de âmbito nacional, mas que o crescimento da movimentação de combustíveis e a situação das infraestruturas portuárias nas duas regiões impõem uma complexidade relativamente maior ao problema.

O Sr. Cláudio Ishihara explicou os interesses do Ministério de Minas e Energia quanto às licitações dos Terminais de Graneis Líquidos Combustíveis, informando que, sob a ótica da garantia do abastecimento nacional de combustíveis, há grande interesse em estabelecer uma agenda conjunta com o MTPA/Antaq e apontar prioridades de ações.

Quanto às prioridades de licitações do setor portuário, o Sr. Samuel Cavalcanti informou que o próximo leilão é da área STS – 13, em Santos/SP.

O Sr. Claudio Ishihara citou, como exemplo de tema a ser desenvolvido em conjunto, o interesse enfatizado pelos distribuidores de combustíveis de participar como

arrendatários de áreas no polígono do porto e como usuário dos serviços do operador portuário na movimentação de combustíveis, mas não como operador portuário.

Ademais, informou que os distribuidores de combustíveis, como usuários de serviços portuários, destacaram a ocorrência de conflitos de interesses nos acessos de terceiros às infraestruturas portuárias.

Informou, também, que há reclamações constantes quanto à falta transparência nas informações sobre capacidades ociosas e efetivas disponibilidades e que, muitas vezes, os preços cobrados para uso dessas instalações são de tal monta que inviabilizam qualquer possibilidade de uso por terceiros interessados.

A Sra. Jacqueline enfatizou que essas informações trazem uma oportunidade de melhoria ao sistema regulatório da Antaq.

Quanto à necessidade de aceleração dos processos licitatórios de terminais, o Sr. Claudio Ishihara informou que o licenciamento ambiental é uma questão que tem sido colocada como entrave aos investimentos privados por serem excessivamente demorados.

A Sra. Jacqueline sugeriu que uma forma de contornar a demora na obtenção de licenças é priorizar os investimentos para aumento de capacidades em áreas existentes.

O Sr. Samuel Cavalcanti informou que o novo marco legal dos portos (Lei nº 12.815/2013) tornou os procedimentos mais ágeis, pois autoriza a realização de licitação com os termos de referência ambientais. Registrou que as experiências recentes com os órgãos ambientais têm sido positivas.

A Sra. Jacqueline lembrou que o ano corrente é de revisão dos Planos Diretores dos municípios. Sugeriu que a ANP elenque as prioridades e realize um acompanhamento para evitar conflitos entre os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZs) portuários que envolvam granéis líquidos combustíveis e os Planos Diretores Municipais.

Indagado sobre os processos de TUP, o Sr. Samuel Cavalcanti informou que é um processo mais célere, pois se trata de uma autorização.

Com relação aos conflitos de interesse entre proprietários e terceiros em TUP, o Sr. Samuel Cavalcanti informou que há um aspecto regulatório a ser melhorado pois, apesar de poder movimentar carga de terceiros, nem sempre há interesse nisso, resultando em infraestrutura ociosa.

A Sra. Alessandra (ANP) lembrou que a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997) prevê o acesso de terceiros como obrigatório e que, portanto, os terminais de combustíveis não podem realizar essa prática anticoncorrencial.

A Sra. Jacqueline solicitou que, na ocorrência de alguma atuação com desvio do interesse público por parte de agentes, seja acionada a Antaq, para que sejam tomadas as providências cabíveis, como intervenção daquela Agência para a garantia do

abastecimento. Registrou que a Petrobras não tem respeitado regras de atracação, mas que há convivência da autoridade portuária.

O Sr. Samuel Cavalcanti elucidou que tal convivência se dá pelo fato da Petrobras ser a maior cliente das autoridades portuárias, que acabam aceitando essa prática.

Quanto à necessidade de se aprimorar a divulgação das informações de capacidade e utilização dos terminais, o Sr. Claudio Ishihara informou que as capacidades ociosas para propiciar o acesso de terceiros não são divulgadas com a devida clareza. Não raro, a disponibilização de tais capacidades é objeto de negativas devido a uma série de embaraços que vão desde a contaminação de dutos e tanques à alegação da existência de contratos que não estão sendo efetivamente executados e, assim, impedem a utilização dos terminais por outros agentes interessados.

A Sra. Jaqueline agradeceu as informações e disse que se trata de uma oportunidade de modernizar o arcabouço regulatório da Antaq para uma realidade em que se evolui de um monopólio para um mercado livre.

A Sra. Jaqueline aproveitou a ocasião para propor a realização de uma reunião com a ANP para discutir as regras de atracação com as autoridades portuárias e a priorização de hidrovias.

- **Item (3) da pauta - Cronograma de reuniões para aprofundamento das discussões e apresentação de resultados/produtos**

A Sra. Maria Inês (ANP) informou sobre estudos da Agência quanto à necessidade de licitações em portos e terminais, sob a perspectiva do setor de combustíveis e se prontificou a encaminhar a documentação ao MME, para que seja distribuída aos demais participantes desta reunião.

O Sr. Luiz Theodoro enfatizou a necessidade de, após realizada a discussão inicial sobre os assuntos em comum, ser estabelecido um cronograma de reuniões para se discutir detalhadamente cada proposta e, assim, identificar ações pertinentes.

Chamou a atenção para o fato de que alguns temas já vêm sendo discutidos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, com a participação da EPL no planejamento de longo prazo do setor. Dessa forma, entende oportuno que o Combustível Brasil organize sua atuação em sinergia com os trabalhos já em curso na SPPI.

Por fim, ficou acertado que o Sr. Luiz Theodoro elaborará uma minuta de cronograma de trabalho para a discussão das propostas e o submeterá à aprovação de todos os participantes desta reunião.

A Sra. Jaqueline informou a todos que o espaço da Antaq está à disposição para as próximas reuniões.

- **Item (4) da pauta - Deliberações**

- 1) O Sr. Ciro (MTPA) deverá intensificar junto à EPL as convocações de ANP e EPE para elaboração dos estudos relativos aos editais de licitação;

- 2) A Sra. Maria Inês (ANP) encaminhará ao Sr. Theodoro (MME) estudos da Agência quanto à necessidade de licitações em portos e terminais, sob a perspectiva do setor de combustíveis, para que sejam distribuídos aos demais participantes desta reunião;
- 3) O Sr. Luiz Theodoro (MME) elaborará um cronograma de reuniões com pautas específicas referentes a dois assuntos: licitações e livre acesso;
- 4) ANP e Antaq deverão se articular e realizar uma reunião para discutir regras de atracação e priorização de hidrovias.
- 5) MME, ANP e Antaq buscarão formas de acompanhamento, interação e participação na elaboração dos Planos Diretores dos municípios e suas interferências no PDZ onde haja terminais de combustíveis.
- 6) MME, ANP e Antaq definirão conjunto de ações de longo prazo em uma agenda comum.

## LISTA DE PRESENÇA

Data da Reunião:

Local:





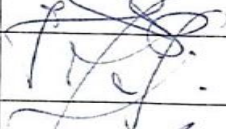
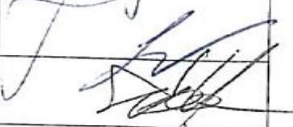
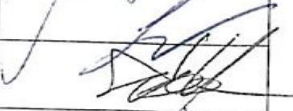
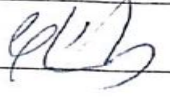
Horário


Início:

Término:

Pauta:

Deliberação:

NOME	ORGÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ASSINATURA
FRANCISVAL DIAS MENDES	ANTAQ/DT	francisval.mendes@antag.gov.br	(61) 2029-6504	
Fernando Serra	ANTAQ/GEA	fernando.serra@antag.gov.br	(61) 2029-6690	
Ciro Accora	SFP/MTPA	ciro.accora@transportes.gov.br	(61) 2029-7684	
Michely Vieira Santos	ANTAQ/IST	michely.santos@antag.gov.br	(61) 2029-6507	
JACQUELINE VENDRAP	ANTAQ/IST	jacqueline.vendrap@antag.gov.br	(61) 2029-6500	
Francisval Dias Mendes	ANTAQ/DT	francisval.mendes@antag.gov.br	(65) 99983-7191	
Enico Guzen	SPI/MTPA	enico.guzen@transportes.gov.br	(61) 2029-7606	
Samuel Cavaleanti	SOG/ANTAQ	samuel.cavaleanti@antag.gov.br	(61) 2029-6654	
CLÁUDIO A. ISHIHARA	MME/SPI/DDP	claudio.ishihara@mme.gov.br	(61) 2032-5848	

NOME	ORGÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ASSINATURA
LUIZ THEODORO	MME/SPG/DGP	LUIZ.THEODORO@MME.GOV. BR	61-20325971	
EDIE ANDRETA JR.	MME/SPG/DGP	edie.junior@mme.gov.br	61-2032-5492	